

Segundo telétipos da Agência Efe e Europa Press, o Ministério de Interior dou hoje um importante passo adiante na generalização e estreitamento do controlo social sobre a cidadania galega. Trata-se da posta em andamento do sistema de certificação do novo bilhete de identidade electrónico. A medida adoptada polo Executivo de Madrid caminha em idêntica direcção que outras iniciativas jurídicas e policiais aprovadas nos últimos meses: alargar os recursos técnicos e legais do Estado espanhol para o controlo e a vigilância sociais. O ministro José Antonio Alonso Suárez inaugurava hoje o mecanismo que gerará os certificados digitais. Estes incorporarám-se aos chips dos novos bilhetes de identidade (BI) electrónicos que incluirão dados identificativos pessoais como a assinatura electrónica, as medidas biométricas do indivíduo e a conformação do seu íris ocular. Alonso presidia hoje no Centro de Processo de Dados de San Lorenzo del Escorial a cerimónia de geração de chaves que dava passo ao novo documento oficial de que tod@s deveremos dispor. O acto policial foi envolvido dum ambiente de grande acontecimento, assistindo o director geral da Polícia espanhola Victor García Hidalgo e a subsecretária de Interior Soledad López. Qualificada como “transcendente cerimónia”, a inauguração do novo sistema de certificação garantirá, segundo Alonso, a autenticidade dos BI electrónicos e emitirá os dados a incluir no chip anexo ao documento de identificação pessoal. Interior assegura que o novo BI garantirá “a liberdade e a intimidade” das pessoas. Adiantando-se a eventuais críticas, o ministro afirmava esta manhã que os novos BI electrónicos serão “absolutamente seguros” do ponto de vista de determinação da identidade dos seus portadores e portadoras. O funcionário espanhol assegurava também, botando mão dumha retórica orwelliana, que o chip que incorporará os dados biológicos de identificação pessoal no BI d@s cidadá(n)s galeg@s operará “preservando a sua intimidade e liberdade” (sic). Alonso explicou as ‘vantagens’ do novo modelo, à vez que fazia explícita a via pela que avançamos face sociedades do controlo total: a informatização de grandes espaços da vida social. Assim, o ministro expunha a possibilidade de realizar trâmites administrativos, comerciais e jurídicos sem necessidade de personar-se fisicamente nos locais de referência como o summum da comodidade e a agilidade nas operações que milhares de pessoas realizamos diariamente. Sem embargo, nom apontou as imensuráveis possibilidades que se abrem, desde o controlo as transacções comerciais até a adscrição a associações cidadãs, para o controlo partilhado do indivíduo por corporações empresariais e o Estado espanhol. “Ninguém vai interferir nas suas relações com a administração e as empresas”, afirmou Alonso a respeito do novo bilhete electrónico que estará implantado em toda a Galiza em 2008. O custo total da operação será de 314 milhões de euros, 145 dos quais correspondem à produção de cartões criptográficos. Burgos será a província espanhola a partir da que se irradie o novo sistema que estará vigente até ao 2036 ao conjunto do território estatal. CNI será o depositário das identidades pessoais. Boa parte das intervenções oficiais laudatórias para o novo BI dedicárom-se a transmitir a “segurança” técnica em que se encontrava a custódia dos certificados destes documentos frente a ingerências alheias ao Estado. Assim, assegurou-se que a Polícia espanhola investirá 50 milhões de euros para garantir a segurança do novo sistema de certificação que é umha iniciativa da DGP e está validado polo Centro Criptológico Nacional espanhol, organismo dependente do Centro Nacional de Inteligência (CNI). O papel dos serviços secretos espanhóis continuará sendo fundamental na gestão e controlo de toda a informação a incorporar aos chips. Lembramos que esta mesma semana o parlamento britânico aprovava a imposição dum bilhete de identidade pessoal para todas as cidadãs e cidadãs do Reino Unido. A aprovação desta iniciativa parlamentar supunha umha importante vitória pontual de Tony Blair

perante as organizações civis, uma vez que no Reino Unido não existia até ao momento BI e a sua imposição está associada a um aumento do controlo estatal.